



## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Evitar atrasos no pagamento das obras públicas adjudicadas sob a forma de subempreitada e aperfeiçoar o respectivo regime de gestão das empreitadas e subempreitadas**

O sector da construção civil costuma adoptar a forma de subempreitada para promover a eficiência das obras e a especialização das tarefas, e o mesmo acontece nas obras públicas. No entanto, quando a obra é de grande envergadura e complexa, regista-se um elevado número de subempreiteiros e isso também acarreta um problema de hierarquia entre empreiteiros, e, se houver falta de um bom mecanismo de adjudicação e de fiscalização, facilmente surgem conflitos relacionados com o pagamento das obras, tais como atrasos e falta de pagamento entre os subempreiteiros, e isso vai afectar o andamento e a qualidade das obras.

Ao longo dos tempos, muitas pequenas e médias empresas do sector da construção civil têm vindo a queixar-se da imperfeição das leis e dos mecanismos existentes, bem como da falta de instruções e de mecanismos definidos pelo Governo para assegurar o pagamento das obras. Muitas vezes, os subempreiteiros não conseguem receber o dinheiro das obras nos prazos definidos e até se deparam com situações em que não têm meios para exigir o respectivo pagamento, o que resulta em grandes prejuízos, e estas situações também acontecem frequentemente no âmbito das obras públicas. Recentemente, recebi um pedido de apoio de um empregador de uma empresa de obras de remodelação, alegando que, há três anos,



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

era o terceiro subempreiteiro de uma obra pública de um serviço público de Macau, mas o segundo subempreiteiro fugiu com o dinheiro e não pagou as dívidas até ao momento. De acordo com a resposta do serviço público em causa, o queixoso não é o empreiteiro autorizado para executar as obras, pelo que não possui qualidade para exigir a resolução deste conflito comercial particular. No entanto, a empresa também se está a deparar com muitas dificuldades para recuperar o dinheiro através de um processo civil.

Os serviços públicos são os proprietários das obras públicas ou entidades adjudicatárias, pelo que, mesmo que as obras tenham sido adjudicadas a outras entidades privadas, isto não significa que os serviços públicos não tenham de assumir a responsabilidade de fiscalização. No ano passado, interpelei o Governo sobre o aperfeiçoamento do regime de gestão das empreitadas e subempreitadas de obras públicas para resolver, quanto antes, os atrasos nos pagamentos dos salários e aos subempreiteiros. No entanto, na resposta, o Governo não respondeu directamente à questão sobre o reforço dos trabalhos de optimização e fiscalização do regime de subempreitada nas obras públicas, apenas respondendo que a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) vai melhorar o mecanismo de tratamento dos salários em dívida dos trabalhadores e reforçar os respectivos trabalhos de fiscalização.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte, solicitando que me sejam dadas respostas de forma mais clara:

1. O Governo referiu que, após a recepção provisória das obras públicas, o



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

dono da obra inicia os procedimentos relativos ao “inquérito administrativo”, nos termos do Decreto-Lei n.º 74/99/M. Mas, na realidade, nos casos acima referidos, mesmo que haja subempreiteiros nas obras públicas, e que ainda existam pagamentos em atraso, os serviços públicos recusam dar o devido apoio, alegando as mais diversas razões. No passado, já se registaram subempreiteiros que não conseguiram encontrar o outro subempreiteiro e nem conseguiram encontrar-se com o empreiteiro para confirmar o valor em causa, e isso dificulta a recuperação da dívida. Isto demonstra que, mesmo que a lei vigente preveja esta situação, existem, evidentemente, insuficiências. Como é que o Governo vai melhorar esta situação? Com vista a promover o desenvolvimento saudável do sector, de que medidas dispõe o Governo para reforçar a garantia aos subempreiteiros que participaram nas obras públicas, para que eles possam receber o valor em causa?

2. Com vista a evitar que as obras fiquem por concluir e evitar a fuga do empreiteiro após receber o dinheiro, o Governo deve exigir aos empreiteiros das obras públicas que adoptem as medidas necessárias para assegurar que as obras sejam efectuadas por subempreiteiros com capacidade profissional, experiência e boa reputação. Vai fazê-lo?
3. O Governo deve tomar como referência as experiências de outras regiões e lançar planos ou instruções de gestão de subempreiteiros das obras públicas, adoptando medidas que exijam aos empreiteiros o pagamento dos valores devidos aos diversos subempreiteiros que foram autorizados a participar nas



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

obras. Vai fazê-lo? Isto tem como objectivo evitar atrasos no pagamento das obras ou outros problemas de gestão, ou a má qualidade das obras públicas. Mais, o Governo deve aperfeiçoar as normas ou implementar planos de gestão para o sector da construção civil. Vai fazê-lo? O Governo deve implementar planos ou mecanismos para assegurar a conclusão sem sobressaltos das obras públicas, e com isso promover o desenvolvimento estável e saudável da indústria e do sector em causa. Vai fazê-lo?

5 de Janeiro de 2024

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Lei Cheng I**